



PROCURADORIA GERAL ADJUNTA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS

ESTADO DO ACRE
MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradoria-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos e Institucionais

PORTARIA Nº. 1526/2017/PGAAAI
Designa Promotor de Justiça Substituto.
O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS, in fine subscrito, no uso das atribuições previstas no art. 1º, inciso II, do Ato nº. 04/2014/PGJ e, também, no art. 4º, do Ato nº. 39/2014/PGJ, e etc.,
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto OCIMAR DA SILVA SALES JUNIOR, para participar da Sessão do Tribunal do Júri, assinalada para o dia 03 de outubro de 2017, junto a Vara Criminal da Comarca de Brasília/AC, ref. aos autos nº. 0000521-39.2017.8.01.0003, sem prejuízo das suas atribuições.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL ADJUNTA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete.

CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA,
Procurador-Geral Adjunto Administrativo e Institucional.

PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS

ESTADO DO ACRE
MINISTÉRIO PÚBLICO
Promotoria de Justiça Especializada de Combate à Evasão Fiscal
EXTRATO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Requerente: 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco/AC
Requerido: Município de Rio Branco/AC
Objeto: Ausência de dados referentes à dívida inscrita em nome de P. F. A., anteriores ao ano de 2004, no sistema tributário da Fazenda Pública Municipal
Razões de Arquivamento: Como se depreende dos autos, as peças de informação trazidas a esta Especializada pela Procuradoria Geral do Município de Rio Branco/AC, demonstram que a possível ausência de dados de dívidas anteriores ao ano de 2004 tratou-se, por sua vez, de mero erro de manuseamento e conhecimento do sistema tributário pelo Procurador

Jurídico Municipal, posto que a adquirente do bem tornou-se a responsável tributária e, portanto, sujeito passivo indireto da obrigação tributária alusiva ao imposto atrasado do bem adquirido.
De tal modo, entende este subscrito não haver mais interesse a ser perseguido, uma vez que a finalidade deste procedimento era azealhar provas para sustentação do processo judicial em defesa da ordem tributária, tendo vista possível ato de irregularidade praticada pela Administração Tributária Municipal, fato devidamente elucidado nestes autos.
Data da Promoção de Arquivamento: 15/09/2017
Rio Branco – Acre, 03 de outubro de 2017

Adenilson de Souza
Promotor de Justiça

OPL

ESTADO DO ACRE
MINISTÉRIO PÚBLICO
Departamento de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 036/2017 – Sistema de Registro de Preços
Processo nº 360/2017 – Diretoria de Administração
Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas englobando: DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO e DESCUPINIZAÇÃO, além da dedetização de caixas de esgotos e galerias em todas as unidades do Ministério Público do Estado do Acre –MPAC, em suas áreas internas e externas, conforme especificações

constantes no Termo de Referência.
Abertura: 17 de outubro de 2017
Hora: 09 horas
Local: Departamento de Licitações do Ministério Público Estadual – Rua Marechal Deodoro, nº 472– Ipase – Rio Branco – Acre
O edital completo e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site desta Instituição: <http://www.mpac.mp.br>, ou em seu Departamento de Licitações, do dia 04 ao dia 16 de outubro de 2017, de 08:00 às 18:00 horas.
Rio Branco – Acre, 02 de outubro de 2017.

Rosimeire de Fátima Ribeiro
Pregoeira do MPAC